Comunicado da conferência
COMO ESTÁ MOÇAMBIQUE?

A conferência *Como está Moçambique?*, realizada no dia 16 de Maio, teve a presença de mais de 200 participantes, de entre membros do parlamento, do corpo diplomático, dirigentes e técnicos do aparelho de Estado, membros da sociedade civil, estudantes e público em geral. O debate decorreu em ambiente de pluralidade de ideias, abertura tolerante a diferentes abordagens e posicionamentos diversos.

A primeira intervenção abordou os riscos da desorçamentação do Orçamento do Estado moçambicano, ou seja, a retirada e transferência de valores elevados de recursos financeiros do âmbito da execução subordinada ao perímetro do Orçamento do Estado (OE) e do Plano Económico e Social (PES). Em 2015, cerca de 25% do total dos recursos financeiros do Estado, foram transferidos para as chamadas "Outras Contas do Estado", uma prática que se mantém de ano para ano e que o autor designa por saldos rolantes. Uma prática orçamental que é mantida na presente legislatura, como testemunham os relatórios sobre execução orçamental de 2016, 2017 e 2018. Salvo algumas excepções, devidamente previstas na legislação, a sonegação de recursos orçamentais para contas fora do OE viola as boas práticas orçamentais de gestão prudente das finanças públicas, nomeadamente os princípios de unidade, universalidade, economicidade e especificidade, consagrados pelo Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE). Para além da chamada de atenção aos questionamentos do Tribunal Administrativo (TA), da não observância das regras e dos procedimentos orçamentais em vigor, recorrentemente ignorados pelo Governo, a comunicação alerta para os vários riscos da desorçamentação, tais como: promoção da indisciplina e desrespeito pelas regras e procedimentos orçamentais; agravamento da instabilidade financeira, contrariando a consolidação fiscal; facilitação de endividamentos internos de utilidade questionável; e, obstaculização de esforços visando superar a descredibilização em que o sistema financeiro mergulhou recentemente.

O segundo orador considerou que a natureza presidencialista do sistema político vigente concentra poderes excessivos no Presidente da República, designadamente os de nomear, não só os elementos do executivo, como também do poder judicial, o que pode condicionar a actuação destes. Acrescentou que Moçambique é uma democracia não consolidada de partido dominante, que controla o Estado, a economia, os recursos do país e parte considerável do sector privado e dos órgãos de informação (incluindo do sector privado), não permitindo que cumpram a sua função de freios e contrapesos (*check and balances*).

O actual sistema político favorece a consolidação de elites dominantes que ocupam posições chave no partido, na administração pública, na estrutura militar e na economia, mantendo o poder através da "reciclagem" dos grupos de interesses políticos e económicos em função dos (des)equilíbrios das facções internas do poder. Estas elites defendem-se e consolidam-se, organizando grupos

clientelistas, aos vários níveis do poder e do território, através de sistemas nepotistas de distribuição de recursos, oportunidades de negócios, mordomias e funções nas burocracias. Estes mecanismos colocam o controlo do poder político no centro de um processo de acumulação do capital especulativo, fazendo perigar a acumulação produtiva que não tenha o controlo do partido e do Estado.

A terceira comunicação referiu que ainda não existem sinais consolidados para se afirmar, com fundamento, sobre o início da recuperação económica. A economia continua em desaceleração, havendo sérias dúvidas sobre a veracidade das taxas de crescimento oficiais. As pequenas e médias empresas mantêm-se em crise e é mais que duvidoso que a economia esteja a gerar emprego, conforme afirma o discurso oficial. Alguns sectores de serviços evidenciam alguma recuperação (como, por exemplo, transportes e comércio). Porém, o custo de vida continua a subir mais que os salários e as oportunidades de negócios. O investimento não recuperou. Alguns indicadores nominais da economia assinalam ligeiras recuperações (taxa de câmbio, reservas em divisas, taxas de juro de referência do Banco de Moçambique, embora sem correspondência sobre as taxas de juro praticadas pela banca comercial). Estas melhorias resultam de contextos externos favoráveis, do efeito recessivo da demanda e da subida dos preços internacionais dos principais bens exportados por Moçambique, sobretudo o alumínio e o carvão. A dívida pública continua sendo considerada insustentável. Não existiram, ainda, medidas efectivas de reestruturação das empresas e dos fundos públicos.

A credibilidade e confiança externa de Moçambique não estão recuperadas. O país continua incumpridor dos compromissos financeiros internacionais, há perda de posições nos *rankings* de ambiente de negócios, de transparência e de competitividade. As negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) são cordiais, mas ainda sem resultados efectivos.

Os oradores estão convictos que a superação da crise necessita de uma estratégia, de curto e de longo prazo, que combine diversas medidas de natureza política, económica e social, considerando os factores internos e externos. Estas medidas requerem humildade democrática da governação, coragem para fazer face às diferentes forças de bloqueio que mantêm interesses e posições influentes no sistema político e na economia, mudanças de modelo económico e reformas no sistema político, visando ampliar a base de geração da riqueza nacional.

As organizações da sociedade civil organizadoras da conferência, apoiam o Governo na tomada de decisões e/ou medidas, tais como:

1. Continuação na procura da paz e reconciliação, sendo as organizações responsáveis pela conferência e, certamente, todas as organizações da sociedade civil, aliadas incondicionais das forças que dentro e fora do sistema político encontram dificuldades e obstáculos internos na concretização deste objectivo.

2. Início de um processo de reformas fundamentais na Constituição da República que permitam a redução dos poderes presidenciais, uma descentralização política, administrativa e económico-financeira efectiva, a consolidação de instituições de *check and balances*, medidas que garantam a separação efectiva de poderes, a protecção da propriedade privada e o respeito pelos direitos humano. Ou seja, a implementação de medidas que possibilitam a construção de um verdadeiro Estado de Direito.

3. Negociações com as organizações internacionais, credores e países cooperantes, desde que existam medidas que credibilizem a disponibilidade do Governo de Moçambique para a discussão política das condicionalidades impostas, e desde que existam mudanças significativas no sistema político e na economia.

4. Clarificação total do contencioso das dívidas ocultas e responsabilização dos eventuais violadores da legislação e causadores de danos incalculáveis à credibilidade e estabilidade de Moçambique.

5. Início de mudanças fundamentais no modelo de crescimento económico, através de incentivos às pequenas e médias empresas produtoras de bens e serviços para o mercado interno, maior orçamentação e mais organização nos serviços públicos prestadores de serviços aos cidadãos, particularmente saúde, educação, água, energia e transportes.

6. Mudanças na política agrária cujas propostas foram apresentadas a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, por uma plataforma de organizações da sociedade civil relacionadas com a agricultura e o desenvolvimento rural.

7. No âmbito da gestão pública, as organizações da sociedade civil que subscrevem este comunicado pensam ser necessário:

   - Respeitar de forma mais rigorosa e escrupulosa as regras e procedimentos estabelecidos pelo SISTAFE, reduzindo ao mínimo as brechas legais permissíveis de indisciplina ou contorno dos princípios de unicidade, universalidade, especificação e publicidade, na execução, monitoria e avaliação dos recursos orçamentais;

   - Passar a incluir o Saldo de Caixa do Ano Anterior da Conta Geral do Estado (CGE) (ou pelo menos a parte explicitamente relacionada ao OE), no Mapa Fiscal do exercício orçamental do novo exercício. Esta proposta é consistente com as recorrentes insistências do TA, nos seus relatórios e pareceres sobre a CGE, que é na CUT que devem estar centralizadas as receitas arrecadadas, tanto internas como externas, bem como o pagamento das despesas públicas, independentemente da sua natureza, em estrita observância do princípio da unidade de tesouraria, consagrado pelo SISTAFE;

   - Reportar os Saldos de Caixa transitados do exercício económico anterior no Relatório de Execução Orçamental (REO) e no Plano Económico Social (PES), com particular incidência para os valores pertencentes ao perímetro do OE, nomeadamente: Conta Única do Tesouro (CUT), Recebedorias e Outras Contas do Tesouro;

   - Relativamente aos valores das Outras Contas do Estado, ainda que não façam parte directa do OE, em momento algum deixam de fazer parte dos recursos financeiros totais mobilizados pelo Estado. Por isso, tanto por razões de transparência, como de compatibilização dos diferentes orçamentos do Estado, justifica-se que o REO, o PES e os relatórios finais de execução financeira e orçamental reportem e avaliem o desempenho de tais recursos;

     Explicitar e publicitar de forma transparente as entidades públicas mantidas fora do perímetro do OE, deixando claro as razões e os valores transferidos deste último para as Outras Contas do Estado;

   - Reformar profundamente as empresas públicas e os diversos Institutos e Fundos públicos existentes, garantindo o seu funcionamento com lógicas empresariais e sem politização das suas estratégias empresariais, o que libertaria o OE de pressões desorçamentalistas visando cobrir os seus passivos;

   - Incentivar a Assembleia da República a ser mais criteriosa e rigorosa na avaliação das implicações das violações dos princípios de eficácia, eficiência e economicidade, reveladas pelo Tribunal Administrativo, bem como aferir de forma mais ponderada sobre os limites de crédito e eventuais impactos no endividamento interno.

As organizações da sociedade civil subscritoras deste comunicado, rejeitam afirmações que as catalogam como oposição ao Governo, sabendo que toda a sua análise, pesquisa e intervenção social visa contribuir, de forma fundamentada e com evidências, para um maior conhecimento da realidade e melhor funcionamento e credibilização das instituições nacionais, públicas e privadas. Estas organizações reafirmam a sua inteira disponibilidade para continuar a pesquisar e a procurar soluções visando contribuir para a paz, a reconciliação, a tolerância, a democracia, o desenvolvimento inclusivo em liberdade entre cidadãos de diferentes quadrantes e afirmações políticas e medidas credibilizadoras do Estado Moçambicano, interna e externamente.